POLÍTICA DE PRIVACIDADE – LAPACI

1. Objetivo. Esta Política informa, de forma clara e objetiva, como a LAPACI POÇOS DE CALDAS LTDA ("Lapaci"), CNPJ 03.942.483/0001-31, com sede na [endereço], Poços de Caldas/MG, controladora dos dados pessoais aqui tratados, cuida das informações de seus pacientes e das demais pessoas que se relacionam com o laboratório, em cumprimento aos arts. 6º, VI, e 9º da Lei 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e preservando o sigilo inerente à atividade médica.

2. Aplicação. Esta Política se aplica aos dados tratados no site, no portal de resultados, no atendimento por WhatsApp, por telefone e presencial, e na execução dos exames de anatomia patológica e citopatologia, sendo os dados de crianças e adolescentes tratados com base nas mesmas hipóteses legais aplicáveis aos demais pacientes, observado sempre o seu melhor interesse (art. 14 da LGPD e Enunciado CD/ANPD 1, de 24.05.2023), com atendimento, quando exigido, por meio dos pais ou do responsável legal.

3. Dados tratados e finalidades.

a) **Dados cadastrais** – nome, CPF, data de nascimento, telefone, e-mail e endereço do paciente e, quando for o caso, de seu responsável legal: identificar o paciente, realizar o atendimento e entregar os laudos (art. 7º, V, e, quanto aos dados de saúde, art. 11, II, "f", da LGPD) e cumprir obrigações legais e regulatórias (art. 7º, II, da LGPD);

b) **Dados de saúde** – requisições médicas, materiais biológicos, lâminas, blocos e laudos: realizar os exames e emitir os laudos (art. 11, II, "f", da LGPD), cumprir obrigações sanitárias e de guarda de prontuário (art. 11, II, "a", da LGPD) e defender o laboratório em processos judiciais, administrativos ou arbitrais (art. 11, II, "d", da LGPD);

c) **Dados de convênio** – nome da operadora e número da carteira: solicitar autorizações e faturar o exame (art. 7º, V, e art. 11, § 4º, II, da LGPD);

d) **Dados para os sistemas oficiais de saúde** – raça/cor, nacionalidade, naturalidade, profissão e demais campos exigidos nos formulários do Sistema Único de Saúde (SUS) e de órgãos públicos, nos atendimentos a eles vinculados: cumprir obrigação legal e regulatória (art. 7º, II, e art. 11, II, "a", da LGPD);

e) **Dados do atendimento por WhatsApp** – mensagens, imagens, áudios e arquivos enviados pelo paciente: responder às solicitações (art. 7º, V, e, quanto aos dados de saúde, art. 11, II, "f", da LGPD), sendo que as mensagens trafegam pelo aplicativo WhatsApp, regido pela política de privacidade da Meta, e são registradas na plataforma Intelbras Conversas, contratada pelo Lapaci como operadora (art. 39 da LGPD);

f) **Dados de navegação** – endereço IP, data e hora de acesso e cookies: funcionamento e segurança do site (art. 7º, IX, da LGPD), observado, quando aplicável, o art. 15 da Lei 12.965/2014.

O Lapaci não utiliza dados de saúde para publicidade e não toma decisões baseadas unicamente em tratamento automatizado (art. 20 da LGPD).

O fornecimento dos dados necessários é condição para a realização do exame (art. 9º, § 3º, da LGPD), sendo o paciente responsável pela veracidade, exatidão e atualização dos dados que fornecer, inclusive pelas consequências de informações falsas, incorretas ou desatualizadas, como erros na identificação do material e na entrega do laudo.

4. Cookies. O site utiliza cookies necessários ao seu funcionamento, que podem ser desativados no navegador, com possível limitação de funcionalidades.

5. Compartilhamento. Os dados são compartilhados, na medida do necessário, com:

a) o médico solicitante e o estabelecimento onde foi realizada a coleta;

b) laboratórios de apoio, quando necessário ao diagnóstico;

c) o convênio do paciente, nos limites do faturamento (art. 11, § 4º, II, da LGPD);

d) órgãos públicos e sistemas de informação do SUS, nos atendimentos realizados pelo Sistema Único de Saúde ou contratados por órgãos públicos (art. 7º, II, e art. 11, II, "a", da LGPD);

e) autoridades sanitárias, nas hipóteses de notificação compulsória;

f) fornecedores de tecnologia que atuam como operadores, obrigados a seguir as instruções do Lapaci e as obrigações contratuais de proteção de dados (art. 39 da LGPD);

g) autoridades judiciais ou administrativas, mediante requisição legal;

h) a Meta Platforms, responsável pelo aplicativo WhatsApp, nos termos de sua própria política de privacidade.

Os servidores das plataformas utilizadas podem estar localizados fora do Brasil, hipótese em que a transferência observará o art. 33 da LGPD.

Cabem ao Lapaci, como controlador, as decisões sobre o tratamento dos dados, e aos operadores a sua execução segundo as instruções do controlador, respondendo cada agente nos termos dos arts. 39 e 42 da LGPD.

6. Segurança e cuidados do paciente. Os dados são protegidos por medidas técnicas e administrativas (art. 46 da LGPD) e pelo sigilo médico, sendo acessados, no Lapaci, apenas por colaboradores autorizados e vinculados a termo de confidencialidade, e incidentes que possam acarretar risco ou dano relevante serão comunicados à ANPD e aos titulares (art. 48 da LGPD e Resolução CD/ANPD 15/2024).

Os laudos ficam disponíveis no portal de resultados, cujo acesso depende de código e senha pessoais fornecidos no atendimento, cabendo ao paciente mantê-los em sigilo e compartilhá-los apenas com o médico de sua confiança.

O Lapaci não solicita senhas, códigos de acesso, dados bancários ou pagamentos por mensagem e só envia links do domínio [domínio oficial], devendo qualquer contato diverso ser confirmado pelos canais oficiais antes de ser respondido.

7. Armazenamento. Os dados são mantidos pelos seguintes prazos:

a) **laudos:** no mínimo 20 anos a partir do último registro, por integrarem o prontuário (art. 6º da Lei 13.787/2018);

b) **lâminas:** 5 anos (Resolução CFM 1.472/1997);

c) **blocos:** 10 anos, prazo adotado pelo Lapaci, superior ao fixado para as lâminas (Resolução CFM 1.472/1997);

d) **registros de acesso ao site:** 6 meses (art. 15 da Lei 12.965/2014);

e) **mensagens de atendimento:** 5 anos, correspondentes ao prazo prescricional do art. 27 da Lei 8.078/1990, salvo as que contenham requisição ou laudo, mantidas pelo prazo da alínea "a".

Encerrados os prazos, os dados são eliminados de forma segura ou anonimizados (art. 16 da LGPD).

8. Direitos do titular e como exercê-los. O titular pode solicitar ao Encarregado, nos termos do art. 18 da LGPD:

a) confirmação da existência de tratamento, acesso e correção;

b) anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários ou excessivos;

c) portabilidade;

d) informação sobre os compartilhamentos realizados;

e) oposição a tratamento realizado em desacordo com a LGPD (art. 18, § 2º, da LGPD);

f) revogação do consentimento, quando for essa a base legal.

A confirmação de existência ou o acesso aos dados será fornecido em até 15 dias contados do requerimento (art. 19, II, da LGPD), e os demais pedidos serão atendidos nos termos do art. 18, §§ 3º a 5º, da LGPD, dependendo o atendimento da confirmação da identidade do titular, e os dados cuja guarda seja exigida por lei ou regulamento serão mantidos pelo prazo correspondente, ainda que haja pedido de eliminação (art. 16, I, da LGPD).

O paciente ou seu representante legal pode ainda retirar lâminas e blocos de seus exames, mediante termo de entrega (art. 9º, parágrafo único, da Resolução CFM 2.169/2017), e peticionar à ANPD (art. 18, § 1º, da LGPD).

9. Glossário. Para os fins desta Política, considera-se:

a) **dado pessoal:** informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

b) **dado pessoal sensível:** dado sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural, sendo tratados como tais, para os fins desta Política, os laudos, lâminas e blocos;

c) **titular:** pessoa natural a quem se referem os dados pessoais;

d) **tratamento:** toda operação realizada com dados pessoais, como coleta, utilização, acesso, armazenamento, compartilhamento e eliminação;

e) **controlador:** quem toma as decisões sobre o tratamento, no caso, o Lapaci;

f) **operador:** quem realiza o tratamento em nome do controlador, como os fornecedores de sistemas e plataformas de atendimento;

g) **encarregado:** pessoa indicada pelo controlador como canal de comunicação com os titulares e com a ANPD;

h) **anonimização:** processo pelo qual o dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a uma pessoa, mediante a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento;

i) **cookies:** pequenos arquivos gravados no dispositivo do usuário durante a navegação;

j) **ANPD:** Agência Nacional de Proteção de Dados, autarquia de natureza especial responsável por zelar pelo cumprimento da LGPD, implementá-la e fiscalizá-la.

10. Informações sobre esta Política. Esta Política pode ser atualizada, mediante publicação da nova versão no site, com a data de atualização, aplicando-se a legislação brasileira.

11. Encarregado e canais de atendimento. Dúvidas e solicitações devem ser encaminhadas ao Encarregado pelo tratamento de dados pessoais, [nome completo], pelo e-mail [e-mail], ou ao Lapaci, pelo telefone [telefone] ou presencialmente na recepção do laboratório, na [endereço], Poços de Caldas/MG, de segunda a sexta-feira, das [horário].

Versão 1.0, de 27.10.2026.

Poços de Caldas/MG.